ENGAGEMENT GLOBAL

bengo
FÖRDERUNG
AUSLANDSPROJEKTE

Orientações para a realização de estudos de viabilidade

Programa "promoção do desenvolvimento de projetos importantes de patrocinadores privados alemães" (PT) e "Promoção de projetos a longo prazo da sociedade civil" (PT-LDC) do Ministério Federal da Cooperação e Desenvolvimento Económico (BMZ)

versão de 2024

Este manual serve como um guia de orientação para a implementação de estudos de viabilidade, que são encomendados de acordo com as diretrizes de financiamento do título patrocinadores privados (PT) antes da implementação do projeto.

O objetivo dos estudos de viabilidade é proporcionar ao patrocinador privado alemão e aos parceiros locais do projeto uma base para a melhoria do conceito do projeto, esclarecendo pré-requisitos, oportunidades e riscos e fornecendo informações sobre uma possível otimização.

Trata-se, em especial, de uma avaliação da viabilidade de um projeto e de uma revisão sistemática da medida em que a abordagem do projeto pode alcançar de maneira plausível as alterações planejadas ao abrigo das condições do quadro existentes. A aprendizagem conjunta do conhecimento adquirido aumenta a eficácia do projeto e os maus investimentos são evitados numa fase inicial.

O estudo de viabilidade deve ser realizado em função da necessidade real de conhecimentos, tendo em conta os estudos existentes, como as avaliações externas, de maneira adequada. Isso pode ser feito concentrando o estudo em questões pendentes ou, após consulta à bengo, reconhecendo também os estudos já existentes como um substituto parcial ou completo de um estudo de viabilidade.

1. Critérios formais para estudos de viabilidade

- **Antes de apresentar um pedido de financiamento com uma quota de subvenção igual ou superior a 500.000 euros, os estudos de viabilidade devem ser realizados por uma questão de princípio.** Em casos individuais justificados, pode igualmente ser exigido um estudo de viabilidade junto à Engagement Global/bengo ou à BMZ se o volume do pedido de financiamento for inferior a 500.000 EUR.
- De acordo com as orientações de financiamento subjacentes, as despesas de todos os estudos efetuados por revisores independentes podem ascender a um máximo de 10% do financiamento previsto do projeto antecipadamente. No entanto, os custos devem ser proporcionais ao âmbito e à complexidade do projeto.

Os **custos podem ser tidos em conta como despesas elegíveis no plano de financiamento** e após a aprovação do projeto subsidiados a partir da subvenção. A liquidação do estudo pode ocorrer até 12 meses antes da apresentação do pedido.

- Para a colocação em funcionamento do estudo, deve observar-se o procedimento de adjudicação prescrito (comparar o ponto 3 do BNBest-P/patrocinadores privados com as orientações de financiamento).
- A execução deve ser feita **fundamentalmente por revisores independentes** .
- Deve ser apresentado à bengo um relatório sobre o estudo. Em princípio, ele não deve exceder 30 páginas.
- Além disso, a instituição privada deve anexar um resumo alemão com as mensagens-chave. Se o relatório não for redigido numa língua comum (Inglês, francês, espanhol), é necessária uma tradução completa.
- As conclusões do estudo devem necessariamente ser incorporadas no conceito de projeto desenvolvido em conjunto com o patrocinador local. As recomendações devem ser avaliadas como parte do planejamento do projeto e incluídas na candidatura nos pontos apropriados. Mediante solicitação, devem ser fornecidas informações sobre a seleção dos avaliadores, a execução e os serviços prestados, incluindo dados e resultados do estudo.
- Se o estudo não cumprir os requisitos de qualidade ou independência, não pode ser reconhecido.

2. Licitação e gestão de estudos de viabilidade

- **Determinação dos serviços e recursos esperados, bem como do calendário:** Lista e explicação dos produtos, serviços e atividades (por exemplo, em forma de tabela) a ser fornecida pelo contratante, incluindo prazos e modalidades de faturação.
- **Descrição do perfil de requisitos do revisor independente:** competências profissionais, organizacionais, metodológicas e regionais; apresentação da independência, composição, funções e tarefas de todos os participantes.
- **Apresentação de documentos preparatórios**: documentos nacionais de estratégia / política, documentos de base, referências bibliográficas, documentos de projetos anteriores, orientações metodológicas, pontos de estruturação (ver secção 4), elaborações/planos/projetos anteriores e esboços de aplicações, entre outros.

3. Critérios relacionados ao conteúdo para estudos de viabilidade

- O estudo deve centrar-se no contexto do projeto planejado em **todos os níveis relevantes** (micro, meso, macro) e também registar dados essenciais e relevantes para o projeto sobre a situação inicial.
- Com base nisso, deve-se analisar em que medida a abordagem escolhida pode contribuir para resolver a situação problemática entre os grupos-alvo e outros atores.

Além disso, o projeto deverá, no que respeita ao DAC da OECD[1]-A relevância, a coerência, a eficácia, a eficiência, os efeitos e a sustentabilidade dos critérios (ver ponto 5) criticamente avaliados.

- Além disso, formular do modo mais específico possível **recomendações para ajustes do conceito específico do projeto, incluindo a matriz de impacto e as medidas**. Ao fazê-lo, devem ser tidos em conta os atores e as partes interessadas a envolver, as sugestões para os domínios de observação dos resultados e da medição do impacto, bem como as oportunidades e os riscos.

4. Estrutura do estudo e orientações

As seguintes questões-chave servem de orientação para o conteúdo do estudo. Devem ser entendidas como uma coleção a partir da qual as questões relevantes para o estudo específico sobre recolha, análise e avaliação de dados podem ser priorizadas.

4.1 Objeto e utilização do estudo de viabilidade

- Que objetivo (resultado) do projeto deve ser verificado quanto à sua viabilidade? Quão coerentes são as interrelações (setor, componentes, regiões do projeto) em relação a este objetivo do projeto?
- Que perguntas adicionais sobre a concepção do projeto e a execução da candidatura devem ser respondidas com o estudo de viabilidade?
- Como o estudo de viabilidade se enquadra no planejamento do projeto no sentido da aprendizagem conjunta?

4.2 Metodologia

- Que métodos participativos, instrumentos e recursos são utilizados para a coleta e análise de dados utilizadas?
- Quais e quantos intervenientes com que origens e interesses estão envolvidos?

4.3 Análise inicial da situação e do problema a nível macro, meso e micro

- Que problemas atuais nas situações de vida dos grupos-alvo foram identificados e são relevantes na concepção do projeto? Quais das causas são priorizadas e abordadas no projeto?
- Que potencialidades locais, estruturas existentes (instituições, redes, associações guarda-chuva e outros) e mecanismos sociais podem ser construídos? Que lacunas no sistema foram identificadas?
- Existem, se aplicável, abordagens e resultados de medidas de desenvolvimento anteriores? Em caso afirmativo, como construir sobre isso?

[1] Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos e o seu Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento

- Que outras condições do quadro, por exemplo, dinâmicas de conflito, devem ser tidas em conta no contexto do projeto planejado?

4.4 Agência local de gestão de projetos no país parceiro

- Que organização/organizações foi/foram escolhida(s) como promotora(s) local/locais e por quê? De quem veio a ideia do projeto? Como é reforçada a propriedade do promotor local?
- Em que medida os acordos existentes entre os intervenientes são formalizados? Existem acordos formais entre os intervenientes?
- Os recursos e os pontos fortes dos parceiros são conhecidos individualmente e a nível organizacional?
- Que competências profissionais, metodológicas e políticas relevantes devem ser desenvolvidas individualmente e a nível organizacional?

4.5 Grupos-alvo e outros intervenientes (a nível micro, meso e macro)

- Como e por quem são selecionados os grupos-alvo diretos e com base em que critérios?
- Como são compostos os respectivos grupos-alvo? Até que ponto são homogéneos ou heterogêneos os grupos-alvo em termos de fatores como gênero, etnia, idade, orientação sexual, língua, capacidades e até que ponto o projeto tem de levá-lo em conta?
- Que potencialidades de autoajuda têm os respectivos grupos-alvo? Como podem ser reforçadas as capacidades locais de resolução de problemas?
- Os grupos-alvo e outros intervenientes têm uma compreensão comum dos problemas, das prioridades e dos objetivos do projeto? Existem convergências ou conflitos de interesses entre outros atores?
- Quão forte é o apoio, por exemplo sob a forma de contribuição própria dos diferentes atores para com o projeto? Quais são as suas opções para influenciar o projeto?

5. Avaliação do projeto previsto de acordo com os critérios do DAC da OECD[2]

As questões-chave sobre os critérios servem de orientação para o conteúdo do estudo. Devem ser entendidas como uma coleção a partir da qual as questões relevantes podem ser priorizadas. Por conseguinte, é possível uma ponderação diferente dos critérios de acordo com o interesse de investigação do estudo.

[2] Para informações pormenorizadas sobre os critérios de avaliação, ver www.oecd.org/development/evaluation/daccriteriafo- revaluatingdevelopmentassistance.html

Relevância – em que medida está sendo feita a coisa certa com o projeto planejado?

- A abordagem do projeto planejada aborda um problema relevante para o desenvolvimento ou um gargalo crucial para o desenvolvimento do país parceiro ou da região do projeto?
- A orientação, as prioridades e os objetivos (abordagem) do projeto planejado estão claramente definidos e coordenados com os grupos-alvo?
- Em que medida os objetivos de intervenção e a concepção têm devidamente em conta as necessidades específicas dos grupos-alvo e os obstáculos estruturais na região do projeto, no parceiro/ na instituição, nos programas políticos?
- As normas e os padrões da abordagem são compatíveis com as dos grupos-alvo?
- O projeto foi concebido para ser sensível aos conflitos (princípio Do-No-Harm)?

Coerência – qual a adequação da intervenção?

- Quão coerentes são as atividades planejadas com os princípios dos direitos humanos (inclusão, participação), convenções e normas/diretrizes pertinentes?
- Em que medida existem sinergias e ligações entre o projeto planejado e outras intervenções do mesmo ator (organização) e de outros atores?
- Que semelhanças ou intersecções dos grupos-alvo existem com os projetos de outros atores no mesmo contexto? Em que medida a intervenção cria valor acrescentado e evita-se o trabalho dobrado?

Eficácia – com que abordagem de projeto os objetivos podem ser alcançados da melhor forma?

- As interrelações (incluindo pressupostos) são plausíveis? Que efeitos negativos podem ocorrer?
- A abordagem metodológica escolhida é adaptada ao contexto e suficiente para atingir o objetivo do projeto? São necessárias alternativas?
- Em que nível (abordagem multiníveis) devem ser previstas medidas adicionais para aumentar a eficácia?
- Como são medidas as alterações? Quais indicadores (campos) são mais adequados para isso?

Eficiência – a utilização dos fundos planejados pelo projeto parece econômica em termos de consecução dos objetivos?

- Em que medida as medidas previstas podem ser aplicadas dentro da duração prevista com os fundos e o pessoal previstos?
- Em que medida as despesas planejadas são utilizadas economicamente e os investimentos, as despesas operacionais e o pessoal estão relacionados com os objetivos pretendidos?

Impacto (significado) – em que medida o projeto planejado contribui para a realização de efeitos globais da política de desenvolvimento?

- Que contribuição especial dá o objetivo (resultado) do projeto para o objetivo geral (impacto)?
- Em que medida o projeto planejado é estruturante, modelista e eficaz para o público em geral? Em que níveis as normas ou estruturas estão sendo alteradas?

Sustentabilidade – Até que ponto perdurarão os efeitos positivos (sem mais financiamento externo), mesmo após a conclusão do projeto?

- Como assegurar e reforçar a sustentabilidade dos resultados e dos efeitos (estrutural, econômica, social, ecológica)?
- Que capacidades a longo prazo estão a ser desenvolvidas no grupo-alvo para poder continuar as medidas implementadas de forma independente?
- Que mudanças positivas (comportamento do papel, mecanismos, redes e outras) favorecem a sociedade civil a longo prazo?
- Quais riscos de pessoal para os implementadores, riscos institucionais e contextuais influenciam a sustentabilidade e como podem ser minimizados?

6. Recomendações

Que **propostas específicas,** com base nas conclusões essenciais sobre os temas 3. para 5. e a avaliação de acordo com os critérios do CAD, pode o conceito do projeto dar no contexto específico ou podem ainda ser incorporadas? Exemplos:

- Que componentes podem faltar no conceito do projeto para tornar as relações de impacto mais coerentes e alcançar os objetivos planejados de modo sustentável? Que componentes planejados não são adequados por que razões, ou podem ter efeitos negativos?
- Que pressupostos das interdependências são viáveis?
- Que conclusões e dados relevantes para o projeto do estudo são adequados para serem incorporados na lógica do projeto (matriz de impacto da aplicação do projeto) ? Que recomendações existem para possíveis indicadores de monitoramento do impacto e coleta de dados?